Integração Produtiva na Agricultura Familiar: um debate sobre perspectivas de desenvolvimento.

Alex Alexandre Mengel[1] – Doutorando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). E-mail: alexmengel@hotmail.com

Sílvia Lima de Aquino[2] – Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). E-mail: silvia.aquino@gmail.com

Resumo

A integração produtiva vem sendo estudada há décadas. Contudo, a maior parte dos estudos a respeito dos impactos deste sistema para agricultura brasileira, bem como para os agricultores, concentra-se na década de 1980, momento em que surgem vários questionamentos sobre a relação entre agricultor e indústria. Este trabalho tem o objetivo de estabelecer um olhar a respeito da integração produtiva de forma diferente do debate realizado nos anos 1980. Assim, procura realizar uma discussão acerca das possibilidades de promoção do desenvolvimento a partir desse sistema. Para tanto, nos fundamentamos na reflexão a respeito do desenvolvimento construída por Amartya Sen, cuja ideia de expansão das liberdades torna-se central. Posteriormente, relacionamos este debate com quatro perspectivas, comumente, utilizadas para se pensar o desenvolvimento no mundo rural, quais sejam, a perspectiva da multifuncionalidade, do desenvolvimento territorial, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável. E, por fim, a partir desse debate, analisamos as possibilidades de promoção do desenvolvimento em regiões que abrigam duas atividades que fazem uso da integração produtiva: a produção de tabaco no Rio Grande do Sul e o cultivo de eucalipto no Espírito Santo.

Palavras-chave: desenvolvimento; integração produtiva; agricultura familiar.

Productive Integration in Family Farming: a debate on development prospects.

Abstract

The productive integration has been studied for decades. However, most studies have focused impacts of this system or Brazilian agriculture, as well as for farmers, concentrated in the 1980s, when many questions arise about the relationship between farmer and industry. This article aims to establish a look about the productive integration differently from the debate in the 1980s. So, tries to make a discussion about the possibilities of promoting the development from this system. For this, the fundamentals in the reflection on the development built by Amartya Sen, whose idea of expansion of freedom becomes central. Later, we relate this debate with four perspectives commonly used to thinking about development in rural areas. They are: the perspective of multifunctionality, territorial development, food security and sustainable development. Finally, from this debate, analyze the possibilities of promoting development in regions that are home to two activities that make use of productive integration: tobacco production in Rio Grande do Sul and the cultivation of eucalyptus trees in Espírito Santo.

Key-words: development; productive integration; family farming.

Área Temática 11: Desenvolvimento e Sociologia.

[1] Bolsista de Doutorado CNPq.
[2] Bolsista de Doutorado FAPERJ Nota 10.

1. Introdução

A integração produtiva vem sendo estudada há décadas, a maior parte dos estudos se concentrou na década de 1980 quando surgem vários questionamentos a respeito da relação entre agricultor e indústria. Aqui apontamos a integração produtiva como uma maneira eficiente de inserção da pequena propriedade com base na mão de obra familiar, nos mercados competitivos de exportação de produtos agrícolas.

No entanto, para além da eficiência econômica deste modelo que, não necessariamente representa ganhos econômicos proporcionais às empresas e governo para os agricultores e regiões envolvidas, questionamos o desenvolvimento gerado em tais regiões onde a integração produtiva é o modelo de exploração dos recursos naturais e da mão de obra predominante. Para tal questionamento utilizamos quatro perspectivas de desenvolvimento, estas consideram aspectos econômicos, sociais, ambientais e políticos. São elas a perspectiva da multifuncionalidade, do desenvolvimento territorial, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável.

Como exemplos de integração produtiva utilizamos dois casos bastante distintos em temporalidade, espaço e volume de agricultores envolvidos. Em um caso a integração produtiva é extremamente consolidada, iniciou sua conformação há um século, têm seu capital internacionalizado desde os anos 1960 e hoje existem regiões extremamente especializadas, com uma institucionalidade voltada para atender suas demandas – trata-se do caso da cadeia produtiva do tabaco e da região de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul. No outro caso a integração produtiva inicia-se na década de 1990 devido uma mudança na orientação das empresas articuladoras do processo produtivo. Neste caso as empresas constroem amplos programas de atração de agricultores e avançam sobre regiões tradicionalmente produtoras de alimentos. Trata-se da integração produtiva da cadeia do papel e celulose e da região serrana do Espírito Santo.

Ambas as regiões são centrais para suas cadeias produtivas, sendo a primeira a principal região produtora de tabaco do país, e a segunda uma das principais regiões produtoras de eucalipto para pasta de celulose. No entanto, no primeiro caso, devido sua consolidação econômica e histórica, podemos inferir sobre suas consequências para o desenvolvimento daquela região. Com o segundo caso podemos fazer apontamentos a respeito de como um processo de integração produtiva desenvolve-se em seus primeiros anos, das estratégias empresarias para convencimento dos agricultores e da sociedade como um todo das benesses da integração produtiva. Ao relacionarmos os casos podemos dar apontamentos a respeito das consequências da integração produtiva para o desenvolvimento da região onde a mesma já é consolidada e das possíveis consequências para uma região onde a integração está em vias de consolidação.

O trabalho está dividido em seis partes, sendo a primeira esta introdução. A segunda parte trata do conceito de integração produtiva. A terceira parte traz uma abordagem das diferentes perspectivas da discussão de desenvolvimento por nós considerada. A quarta parte aborda a integração produtiva na fumicultura. Neste sentido fazemos um breve histórico da fumicultura e trouxemos alguns apontamentos a respeito da importância atual. Posteriormente tratamos da importância da fumicultura para a região fumicultora de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul. Na sequência explicitamos algumas características do sistema produtivo e dos agricultores fumicultores. Na quinta parte do texto abordamos a integração de eucalipto no Brasil. Assim, buscamos compreender a maneira como acontece a introdução do cultivo do eucalipto no Espírito Santo e depois trouxemos alguns elementos sobre o fomento florestal. Em seguida buscamos evidenciar algumas características da região Sudoeste-Serrana do Espírito Santo, para, com isto, fazer alguns questionamentos a respeito do fomento florestal. Na última parte do texto levantamos algumas considerações acerca da integração produtiva na agricultura e suas implicações sobre o desenvolvimento.

2. A integração produtiva

A integração entre pequenos e médios agricultores ao setor industrial foi tema presente em diversas pesquisas nos anos 1980 e especialmente, na década de 1990, dentre os quais se encontram os trabalhos de Belato (1985), Paulillo (1990), Mior (1992) e Cerqueira (1993). A maioria destes trabalhos voltava-se para a análise dos processos de integração ocorridos nos estados do Rio Grande

do Sul, Paraná e Santa Catarina.[3] Estes trabalhos preocupavam-se, principalmente, com a introdução dos sistemas de integração na produção de fumo, na suinocultura e avicultura, haja vista a importância destas atividades para estes estados, bem como a localização das principais indústrias dependentes destas matérias-primas, situadas na região Sul do Brasil.

Para Farina (1997) a integração entre indústria e agricultores consiste em uma alternativa utilizada por várias empresas agroindustriais, com o objetivo de garantir uma parcela da matéria-prima necessária para manter o processo produtivo em funcionamento. Isto porque, segundo esta autora, apenas em casos muito específicos, uma empresa produz toda a sua matéria-prima agropecuária. Desta forma, geralmente, o processo industrial opera em escalas muito superiores ao que poderia ser produzido apenas pela empresa, de maneira eficiente.

Dito isso, Ziebert e Shikida (2004: 73) ao desenvolverem um estudo de caso a respeito da produção de aves no Paraná afirmam que produção integrada é o nome do senso comum (não científico e nem técnico) de um sistema calcado em um arranjo contratual entre uma indústria, cooperativa, etc. (chamada de integradora) e o agricultor. Os autores acrescentam que, por meio desses modelos de integração uma empresa pode assegurar uma fonte de matéria-prima de boa qualidade e padronizada, provocando certas barreiras de custo absoluto à empresa concorrente que ingresse no mercado.

Payés (1993) assevera que a idéia de integração compreende um vasto leque de situações. Todavia, de modo geral, este termo refere-se à exclusividade da garantia de compra da produção de determinados agricultores por parte de uma indústria. Às vezes, este compromisso de compra e venda é estabelecido por meio de contratos, em outras não. Segundo o referido autor, em alguns casos as indústrias interessadas na matéria-prima interferem diretamente na produção dos agricultores, através do fornecimento de insumos, equipamentos e assistência técnica. Ainda ao abordar a temática integração, Payés (1993) menciona em seu trabalho outros dois estudiosos, Piñeiro e Llovet (1985). Estes, por sua vez, interpretam a integração entre agricultores e indústria como uma situação de subordinação, capaz de ditar o ritmo e ordem da organização produtiva no campo, bem como de converter o agricultor em um trabalhador assalariado.

Fundamentando-se em um estudo a respeito da integração entre agricultores de Santa Catarina nos setores de produção de fumo e suínos, Paulilo (1990) também discute a definição deste conceito. Neste sentido, esta autora afirma que a integração entre agricultores e indústria é apresentada tanto pela literatura corrente, como pelos documentos de divulgação das empresas integradoras, de modo genérico, como uma forma de articulação vertical, estabelecida por meio de um contrato entre as duas partes, envolvendo exclusividade na compra e venda e o fornecimento de insumos. Ou ainda é entendida por alguns estudiosos das ciências sociais, como uma relação da qual resulta um processo de dominação exercido pela empresa sobre os integrados, em que os últimos acabam por perder a sua autonomia, no que se refere, principalmente, à maneira de produzir, transformando-se apenas em "proprietários formais da terra."

No entanto, segundo Paulilo (1990), apesar de servir como ponto de partida para a análise, estas definições de integração são limitadas, na medida em que encobrem uma série de relações muito mais complexas, materializadas, por sua vez, em diversos momentos de concordâncias e conflitos entre empresa e produtores, os quais um simples contrato não pode prever. Por isso, segundo a autora, aqueles que se dedicam a estudar este sistema devem procurar descortinar os elementos que estas delimitações encobrem. Para tanto, um caminho possível é o de analisar as percepções dos próprios sujeitos que estão envolvidos no sistema de integração. Ora, é deles que parte a decisão de se integrar, apesar de todas as críticas direcionadas às empresas integradoras (Paulilo, 1990).

Diante disso, Chalita (2007: 127) observa que os estudos acerca da integração dos agricultores a indústria, *grosso modo*, podem ser divididos *"entre os que consideram essa integração como subordinação de seu trabalho ao capital agroindustrial e aqueles que suavizavam o peso da integração como limitante da autonomia do produtor*." Dito isto, verifica-se que praticamente todos os autores citados desenvolvem uma definição parecida do sistema de integração, onde destacam a existência de um contrato de compra e venda entre empresa e agricultores, sendo que as diferenças

[3]Com exceção de Cerqueira (1993) cujo trabalho centra-se na análise da introdução do fomento florestal em Minas Gerais.

nestes contratos estão relacionadas às especificidades da produção desenvolvida, bem como a algumas responsabilidades assumidas pelas empresas integradoras, a exemplo do fornecimento de insumos e assistência técnica. Assim, o principal ponto de discordância entre os mesmos diz respeito ao impacto que o processo de integração pode causar no que se refere à autonomia dos agricultores integrados. Autonomia em relação às decisões a respeito da organização da propriedade, da realização de outras atividades, dentre outros aspectos, que acreditamos que podem variar, em virtude do produto alvo do contrato de integração.

Diante da definição do que vem a ser a integração produtiva, apresentada anteriormente, ainda que de forma breve e, mesmo levando em conta o debate estabelecido por Paulilo a respeito deste processo, acrescentamos que consideramos a integração produtiva como uma maneira de inserção competitiva da pequena propriedade, fundamentada na mão-de-obra familiar, no agronegócio exportador. Tal apontamento considera o volume de recursos gerados pelas exportações das cadeias produtivas onde a integração acontece, o número de agricultores integrados, o volume de impostos gerados com tais cadeias, como abordaremos mais tarde.

Ao considerarmos a integração produtiva como uma maneira da pequena propriedade integrar-se nos mercados competitivos voltados à exportação também nos questionamos a respeito das possibilidades de desenvolvimento gerados por tal processo de inserção. Como forma de qualificar nosso questionamento a respeito do desenvolvimento gerado pelo referido processo, apresentaremos em seguida um debate fundamentado na noção de "Desenvolvimento como Liberdade" de Amartya Sen, e posteriormente a relacionamos com quatro perspectivas de desenvolvimento bastante utilizadas para a análise do mundo rural. Com a abordagem de um enfoque de desenvolvimento ampliado buscamos questionar os resultados gerados pela integração produtiva entre grandes indústrias e a agricultura familiar, assim como, procuramos estabelecer uma discussão acerca dos resultados da inserção da agricultura familiar nos mercados competitivos de exportação.

3. O Desenvolvimento e as diferentes perspectivas para mundo o rural

Para Sen (2000) a discussão de desenvolvimento passa fundamentalmente pelo reconhecimento da liberdade individual e da influência das relações sociais sobre a mesma. Nesse sentido "*a expansão da liberdade [...] é o principal fim e o principal meio do desenvolvimento*" (SEN, 2000; p.10). Assim sendo, a eliminação de privações que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer sua condição de agente é fundamental para se pensar o desenvolvimento. Desta maneira, desenvolvimento pode ser definido como um "*processo integrado de expansão das liberdades substantivas*", quais sejam "*(1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora*" (SEN, 2010: 23-25). Nesse sentido, para o autor, o desenvolvimento requer a remoção das principais fontes de privação de liberdade – "*pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos*" (Sen, 2010: 17).

A realização de objetivos pelas pessoas não está dissociado das relações sociais, políticas e econômicas às quais elas estão inseridas. Em conseqüência, as oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e condições como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas, influenciam em muito, ou até mesmo determinam até onde uma pessoa irá chegar. Nesse sentido o desenvolvimento é um processo integrado que visa à remoção das fontes de privações individuais, dentre elas a pobreza.

Caso se perceba o desenvolvimento por meio da perspectiva das liberdades humanas torna-se primordial considerar as questões ecológicas e ambientais, visto que tais liberdades dependem da integridade do meio-ambiente – a liberdade de ter água potável disponível, de ter alimentos em quantidade e qualidade adequadas, de ter condições de moradia segura, etc. Nesta visão é impossível considerar desenvolvimento e meio-ambiente de maneiras antagônicas. Tal perspectiva também não permite considerar o meio-ambiente como o estado da "natureza" – extensão da área florestal, nível dos lençóis freáticos, etc. – pois, adiante disso, é necessário considerar as oportunidades e os impactos que ele oferece ao ser humano. Além disso, é necessário que se considere que o meio-ambiente não é um espaço acabado, imutável em uma perspectiva temporal, pois ele também é o resultado da ação

humana e tal ação pode modificá-lo positiva ou negativamente – exemplo disso é a despoluição das águas, erradicação de epidemias ou um desastre nuclear. Desta maneira está sob o poder do ser humano reverter ou agravar processos de degradação ambiental (SEN, 2007).

O princípio que rege a ideia da sustentabilidade é a equidade intergeracional, nesse sentido o RDH (2007: 30) afirma que "*O desenvolvimento sustentável procura ir ao encontro das necessidades e aspirações do presente sem comprometer o mesmo no futuro*". Assim, para a perspectiva do desenvolvimento sustentável as gerações atuais devem utilizar dos recursos naturais, porém com responsabilidade, na medida em que é preciso conservar a possibilidade das "*gerações futuras gozarem das suas liberdades, poderem fazer escolhas e terem uma vida que possam valorizar*" (RDH, 2007: 30). Caso as gerações atuais não sejam responsáveis e diminuam os danos ambientais, poderão limitar as liberdades essenciais das gerações futuras, ou seja, o destino delas será controlado pelas escolhas atuais.

É necessário salientar, que para Sem (2007), é importantíssimo garantir a diminuição das desigualdades e dos focos de pobreza para que se possa diminuir os danos ambientais atuais e, além disso, formar uma geração mais consciente de suas responsabilidades. Ele exemplifica como a diminuição da desigualdade e da pobreza é essencial para o desenvolvimento sustentável da seguinte maneira:

> Investir num mais elevado nível de educação e no emprego para as mulheres poderá ajudar a reduzir as taxas de fertilidade, o que em longo prazo poderá vir a reduzir a pressão do aquecimento global e o aumento da destruição de habitats naturais. Do mesmo modo, a propagação da educação escolar e os melhoramentos na sua qualidade poder-nos-á conceder uma maior consciência ecológica. Melhor comunicação e uma maior riqueza nos *media* poder-nos-á tornar mais cientes da necessidade de pensarmos mais no ambiente (SEN, 2007: 29).

Ao considerar o desenvolvimento como um processo amplo e não como desenvolvimento econômico é impossível resolver os problemas ambientais sem resolver as questões da pobreza e da desigualdade, da mesma maneira é impossível prover as gerações futuras de liberdade para tomarem suas decisões sem buscar mitigar os danos ambientais causados pelas gerações atuais. Assim desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável estão intimamente ligados.

Ao relacionar a perspectiva do desenvolvimento sustentável com o enfoque da **s**egurança alimentar percebe-se que ambos são interdependentes, visto que a última significa "*a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis*" (CONSEA, 2004 *apud* MALUF, 2006: 1). Tal conceito deixa claro que visa combater uma das mais importantes expressões da pobreza, a fome. A fome e a pobreza andam profundamente ligadas, porém, de acordo com Maluf (2006), focar a pobreza não é suficiente para resolver o problema da fome e da segurança alimentar, pois tal problema diz respeito ao conjunto da sociedade e somente pode ser solucionado com a adoção de um modelo mais equânime e sustentável.

O enfoque da segurança alimentar tem parte de suas ações voltadas ao abastecimento e, ao mesmo tempo em que visa à ampliação do acesso da população a alimentos de qualidade e saudáveis, também prioriza uma produção realizada em marcos socialmente equânimes e ambientalmente sustentáveis. Tal opção acontece pelo entendimento que a desigualdade social e a pobreza geram a insegurança alimentar, sendo assim, não basta prover a população de alimentos, é necessário conter a própria pobreza. Desta maneira, devem existir desde ações voltadas à comercialização como ações dirigidas a grupos populacionais específicos e para a produção equitativa e sustentável (MALUF, 2006).

Em coerência com as necessidades do abastecimento não basta simplesmente ofertar alimentos, é necessário que tal oferta não gere maiores desigualdades sociais e danos ambientais. Considerando isto, o enfoque da segurança alimentar vai de encontro à grande produção exportadora voltada ao mercado externo, visto que tal produção pressiona, de maneira aguda, os recursos naturais e gera impactos sociais indesejáveis como o êxodo rural. Por outro lado, promove a agricultura familiar[4], por

[4]A tipificação dos agricultores brasileiros para subsidiar a formulação de políticas públicas ganhou forte impulso a partir do início da década de 1990. A análise das relações sociais de produção e das características do processo produtivo deu origem

esta gerar alimentos, renda e emprego, favorecendo um modelo de desenvolvimento que enfrenta a pobreza e a desigualdade social (MALUF, 2006) [5].

Existe uma proximidade considerável entre a perspectiva do desenvolvimento sustentável e da segurança alimentar com a perspectiva do desenvolvimento territorial, pois esta perspectiva prima pelo desenvolvimento das potencialidades e conhecimentos locais, o que somente é possibilitado com o próprio desenvolvimento humano da população de determinado território e com o respeito do meio-ambiente, como veremos nas próximas linhas.

A noção de território pode ser definida como uma unidade ativa de desenvolvimento com recursos específicos e intransferíveis de determinada região. Tais recursos podem ser variados, desde um saber-fazer original ligado à história local até recursos materiais. Desta maneira, para além de uma realidade geográfica o território é uma realidade humana, social, cultural e histórica (CAZELLA *et al*, 2009). Assim, o **desenvolvimento territorial**, necessariamente, precisa considerar os recursos locais, tal consideração precisa ser imaginativa, de modo a transformar aspectos negativos em novos projetos de desenvolvimento. Para que isto ocorra é necessário um fortalecimento de laços e formas de cooperação entre os diversos atores de determinado território, sejam eles pesquisadores, associações, empresas ou órgão públicos (CAZELLA *et al*, 2009).

Este estilo de desenvolvimento pressupõe uma descentralização do Estado, tendo em vista a necessidade de um reforço do poder local e da incapacidade das estruturas centralizadas conhecer profundamente as especificidades locais. Além disso, a perspectiva do desenvolvimento territorial é dependente de "*um processo de educação e de formação, que procura requalificar o saber-fazer local, lançando mão a novas tecnologias. Isso impõe incluir nos projetos locais, programas de informação, de formação e de educação*" (CAZELLA *ET AL*, 2009: 40).

No mesmo sentido, a noção da multifuncionalidade da agricultura se aproxima da noção de desenvolvimento sustentável e do próprio conceito de desenvolvimento abordado por Amartya Sen, porque permite uma análise ampla do rural. Para além da produção agrícola, considera aspectos relativos ao meio-ambiente, à segurança alimentar e à cultura de determinado território. Ademais permite uma análise dinâmica do meio-ambiente, onde este é modificado pelo ser humano, visto que considera a interação entre as famílias rurais e territórios em sua dinâmica de reprodução social (CAZELLA *et al*, 2009).

De acordo com Cazella *et al* (2009) o enfoque da multifuncionalidade remete a quatro níveis de análise, sendo estes as famílias rurais, o território, a sociedade e as políticas públicas. Neste enfoque a unidade de análise deixa de ser a atividade produtiva, no caso a agricultura, e passa a ser a família rural como uma unidade social.

> Por família rural entende-se a unidade que se reproduz em regime de economia familiar e que desenvolve qualquer processo biológico sobre um pedaço de terra, "situada" num território com determinadas características socioeconômicas, culturais e ambientais. Nesses termos, amplia-se o universo de análise para além das unidades tidas como economicamente relevantes em função da produção que realizam, isto é, as unidades familiares rurais são consideradas em seu conjunto, independentemente do estatuto socioprofissional que lhes é atribuído (CAZELLA *et al*, 2009: 48).

A noção de funcionalidade tornou-se importante porque olha para os processos sociais agrários e consegue perceber elementos desconsiderados pela visão que privilegia os processos econômicos. Ela também se aproxima dos enfoques do desenvolvimento sustentável e da segurança alimentar por

---

à diferenciação entre "agricultura patronal" e "agricultura familiar", definindo esta última pela gestão familiar da unidade produtiva, pela predominância do trabalho pelos membros da família e por se enquadrar dentro de determinados limites de área (MALUF, 2006:39).

[5]Com base em dados de 1995/96, último Censo Agropecuário disponível, constatou-se que o país contava com 4,8 milhões de estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de ha. Destes, 4,1 milhões de estabelecimentos (85,2%) eram enquadrados como familiares, ocupando uma área de 107,8 milhões de ha (30,5%). A agricultura patronal compreendia 555 mil estabelecimentos (11,4%), ocupando uma área de 240 milhões de ha (67,9%) (INCRA/FAO, 2000). Embora ocupassem 30,5% da área total utilizada para agricultura, os estabelecimentos familiares responderam por 37,9% da produção agrícola nacional na safra 1995/96, incluindo alimentos destinados ao mercado interno e também produtos para exportação. Sua capacidade de gerar postos de trabalho se confirmava ao concentrar 79,8% (13,8 milhões) das pessoas ocupadas na agricultura brasileira, em 1995/96(MALUF, 2006:39).

tomar a agricultura familiar como a expressão efetiva ou potencial do que representa, pois busca modelos de produção socialmente equitativos, ambientalmente sustentáveis e que valorizem a diversidade cultural e dos biomas (CAZELLA *et al*, 2009).

> Tanto a valorização dos múltiplos papéis da agricultura familiar quanto o enfoque nos territórios são referências subjacentes às manifestações de retóricas "não produtivistas" que vêm se multiplicando no Brasil, assim como em várias partes do mundo. […] Por retóricas "não produtivistas" compreendem-se os discursos e práticas que expressam preocupações com questões de equidade social e sustentabilidade ambiental envolvidas nas atividades agrícolas, ao mesmo tempo que são portadoras de temas que atualizam os olhares sobre a atividade agrícola e o mundo rural. Entre esses temas, mencionem-se as questões de gênero e geracionais, a soberania e segurança alimentar, os modelos agroecológicos [...]. A emergência de novos olhares nas aproximações contemporâneas ao mundo rural e à atividade agrícola – muitos deles sobre temas não tão novos – repercute obviamente na formulação das políticas a eles direcionadas e pode ser, por essa característica, portadora de inovações relevantes (BONNAL & MALUF, 2009: 72).

Com a contribuição da ampla abordagem do "Desenvolvimento como Liberdade", que tem estreita ligação com as abordagens do desenvolvimento territorial, da multifuncionalidade da agricultura, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável buscaremos pensar as questões envolvidas na integração produtiva envolvendo a pequena propriedade com mão de obra familiar. Desta maneira é importante questionarmos as possibilidades da integração produtiva gerar oportunidades para os descendentes dos atuais agricultores permanecerem produzindo, caso desejarem. Além disso, torna-se fundamental o questionamento a respeito das possibilidades dos agricultores converterem suas atividades produtivas, quando desejarem. Também é importante o questionamento acerca da contribuição das atividades integradas para a diminuição da desigualdade social nas regiões onde está presente. De modo a fomentar estes questionamentos apresentaremos a seguir um debate centrado na integração produtiva da cadeia do tabaco e na cadeia da produção de eucalipto para papel e celulose.

4. A integração produtiva na fumicultura do Brasil

4.1 Breve histórico e importância atual

No Brasil colonial o comércio e exportações de tabaco o colocavam como o segundo produto de maior importância econômica[6] (VOGT, 1997). A produção de tabaco no Brasil colonial concentrava-se na região nordeste e tinha como destino três direções; o de primeira e segunda qualidade era exportado para Lisboa a fim de ser reexportada, outra parte era utilizada como moeda na compra de escravos na África, o de pior qualidade tinha como destino o consumo interno (VOGT, 1997).

Com os processos de colonização por imigrantes na região sul há um crescente deslocamento geográfico da produção. O modelo de produção adotado por eles era baseado na policultura, devido, principalmente, às dificuldades de comercialização impostas pelas distâncias e acessos precários VOGT (1997). A comercialização do tabaco era realizada nos armazéns, lá o produto agrícola era trocado por produtos industrializados como sal, açúcar, pólvora e demais utensílios. Esse sistema foi aperfeiçoado, surgiram então as contas correntes – o colono utilizava os produtos que necessitava e ao final da safra pagava com mercadorias. O tabaco depois de preparado era enviado pelo comerciante para os maiores centros, como Porto Alegre, onde se encontravam os grandes atacadistas (VOGT, 1997).

Com o passar do tempo a relação de comércio local, centrada nos pequenos comerciantes, dá lugar ao comércio com empresas maiores. Em 1916 existiam oito estabelecimentos de tabaco preparado em Santa Cruz do Sul, destes, o de Alfredo Schütz era o maior tendo 150 operários (VOGT, 1997) [7]. Em 1918 estabelece-se na região a companhia Souza Cruz, a partir daí acontece uma

[6]Segundo Vogt (1997: 38) o tabaco brasileiro, negociado na costa africana, alcançou o expressivo montante de 30% do total das exportações no período colonial [...] Portugal tolerou e, inclusive, tornou lícito o comércio entre as duas costas, porque foi esta a operação comercial que, efetivamente, propiciou o abastecimento regular de mão de obra escrava para o Brasil.

[7]Esse número de trabalhadores, de acordo com autor, refere-se ao período de safra, onde se exige maior mão de obra para o beneficiamento.

articulação mais efetiva com as famílias fumicultoras (PRIEB, 2005), iniciava-se aí o processo de formação do modelo de integração produtiva na cultura do tabaco que se conhece hoje.

No século XX, período ao qual o tabagismo é massificado pelas duas grandes guerras mundiais, a fumicultura presente no Brasil desde o século XIX, passa a ter maior importância no Sul do país. No entanto, as guerras não foram os únicos fatores responsáveis pelo crescimento da produção fumageira em nível nacional, tendo outros, como mudanças de matriz tecnológica, na relação entre agricultores e indústrias, internacionalização e centralização do capital.

Prieb (2005) afirma que pode ser feita uma divisão do desenvolvimento da fumicultura gaúcha entre o período anterior a 1965 e o posterior a 1970, devido ao processo de internacionalização e centralização do capital das empresas e ao processo de modernização do cultivo – mesmo processo que acontece no restante da agricultura brasileira. Em 1965 existiam, em Santa Cruz do Sul oito processadoras de tabaco, sendo que o capital predominante de sete delas era nacional. Em 1975 o número de empresas subiu para dez, destas em somente três predominava o capital nacional. Já em 1990 o número de empresas caiu para cinco e o domínio acionário brasileiro existia em apenas uma delas.

Este processo esteve associado ao aumento da produção fumageira nacional. Em 1961 o Brasil produziu cerca de 60 mil toneladas e em 1975 a produção foi de cerca de 100 mil toneladas (PRIEB, 2005). Tal aumento de produção, assim como a entrada de capital internacional no setor, se deve aos conflitos étnicos ocorridos na Rodésia, grande produtor daquela época, e a consequente busca de novos locais para instalação e produção pelas empresas devido à instabilidade gerada naquele país. Neste contexto, o Sul do Brasil tornou-se uma boa alternativa para garantir a competitividade das empresas, pois havia adotado uma política muito favorável à entrada de capital estrangeiro e à instalação de agroindústrias no país, questão chave no início deste processo (PRIEB, 2005).

Atualmente o Brasil é o maior produtor e exportador mundial de tabaco, sendo que na safra 2006/07 produziu 792 mil toneladas e exportou 710 mil toneladas[8]·. Esta atividade utilizou-se de quase 489 mil hectares no Brasil, no ano de 2006 (IBGE, 2008), sendo 90% desta área pertencentes aos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.[9] Na safra de 2007 a renda bruta anual gerada pelo setor no Brasil ultrapassa os 15 bilhões de reais (AFUBRA, 2009)[10]. Destes recursos, 51% são apropriados pelo governo, 21% pela indústria, 22% pelos agricultores e 6% pelos varejistas. Notamos com isto, a importância que o setor tem para o governo, em termos de arrecadação de impostos, tal como, a má distribuição de recursos gerados na atividade entre os setores, no qual poucas empresas apoderam-se da mesma quantidade de recursos que a totalidade dos agricultores envolvidos.

Além de se concentrar na região Sul do Brasil, a cultura do tabaco concentra-se em determinadas regiões dos Estados, situação que caracterizam algumas como fumicultoras. Estas regiões são percebidas como "especializadas" e, portanto, altamente dependentes da produção de tabaco. Em alguns municípios o produto chega a responder por mais de 80% do valor bruto da produção agrícola total (VARGAS; BONATO, 2007). Do mesmo modo, a estrutura dos sistemas de produção dos agricultores que têm o tabaco como cultivo comercial tende a ser, relativamente, especializada devido à grande demanda de mão de obra desta cultura (VOGT, 1997), o que reforça a condição de dependência deste cultivo à agroindústria.

4.2 A região fumicultora de Santa Cruz do Sul

Abordaremos aqui as características de uma região fumicultora, no caso a mais importante do país – para que se tenha uma ideia do que representa a produção de tabaco para as regiões fumicultoras e para os atores envolvidos na atividade fumageira. Santa Cruz do Sul é localizada no centro do Rio Grande do Sul, a cerca de 200km de Porto Alegre, e está inserida no Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Vale do Rio Pardo[11] com mais 21 municípios. É aí, no Vale do Rio

[8]AFUBRA. Maiores Produtores: Produção Mundial. www.afubra.com.br. Acessado em outubro de 2008.
[9]Na safra 06/07 182.650 famílias dedicam-se ao cultivo de tabaco na região Sul do Brasil (AFUBRA, 2009).
[10]AFUBRA. Faturamento: Tabaco brasileiro, faturamento no setor. www.afubra.com.br. Acessado em novembro de 2009.
[11]Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs, criados em outubro de 1994, são fóruns de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. A divisão regional compreende 28 Conselhos

Pardo, que a produção fumageira tem maior importância no Rio Grande do Sul. No entanto, consideraremos como parte da região fumicultora de Santa Cruz do Sul, somente os municípios onde a atividade tem maior relevância, e da mesma forma, aqueles que têm maior relevância para a atividade. As características socioeconômicas desses municípios serão expressas por meio dos dados do IDESE[12] e IBGE.

Utilizamos o critério da importância econômica do cultivo para delimitar os municípios que fazem parte da região fumicultora de Santa Cruz do Sul. Assim, serão considerados como parte desta região aqueles municípios onde mais de 50% do valor bruto de produção agropecuária provém da produção fumageira. Com essa divisão buscamos identificar os municípios em que a renda da agricultura provém majoritariamente da cultura do tabaco, além disso, consideramos que nestes municípios, exista uma maior inserção das empresas fumageiras e dos demais atores voltados para a atividade. As características dos municípios do Vale do Rio Pardo são apresentadas na Tabela em Anexo.

Conforme a tabela os municípios do Vale do Rio Pardo que fazem parte da região de Santa Cruz do Sul são: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete, Passo do Sobrado, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz. São estes municípios que têm maior importância para a cultura e maior dependência dela. Em nove destes municípios a produção fumageira corresponde a mais de 50% do produto interno bruto (PIB) municipal. Ademais, se considerarmos a dependência às plantas industriais das empresas fumageiras como dependência econômica à fumicultura, este número sobe para doze, sendo que estas empresas têm grande relevância econômica para Santa Cruz do Sul[13], Venâncio Aires e Vera Cruz, o que faz com que o Valor Adicionado Bruto industrial provenha, majoritariamente, da atividade tabagista.

Considerando os dados socioeconômicos dos municípios fumicultores, percebemos que somente Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz detêm um PIB/*per capita* acima da média do Estado do Rio Grande do Sul, além disso, quatro municípios possuem mais de 50% de suas riquezas provindas do PIB agropecuário, sendo eles Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul e Segredo.

Ao observar os indicadores sociais do território é notória a disparidade existente entre o mesmo e o Estado do Rio Grande do Sul. Por exemplo, a renda medida pelo IDESE tem uma média de 0,78 no Estado, já no território analisado essa média é de 0, 625. O IDESE completo, ao qual doze indicadores sociais são cruzados, tem uma média de 0, 661 no território analisado, em contrapartida, o IDESE do Rio Grande do Sul é 0,76. Com tais dados buscamos evidenciar a disparidade social existente entre o Rio Grande do Sul como um todo e o território fumicultor de Santa Cruz do Sul. Salientamos que este território faz parte da metade norte do Estado, ou seja, a parcela considerada "mais desenvolvida". Deste modo, seus indicadores econômicos deveriam ser positivos quando comparados aos estaduais, pois a média do mesmo considera os dados da metade sul, que, teoricamente, detém os piores indicadores.

Outra característica é a concentração de renda existente no território, uma vez que os únicos municípios que detém um PIB/ *per capita* maior que o do Rio Grande do Sul são aqueles onde se encontram as plantas das empresas fumageiras. Enquanto o PIB/*per capita* de Santa Cruz do Sul é de mais de R$ 25,5 mil o do território é R$ 12,3 mil. Com estes indicadores tornam-se evidentes os problemas causados por uma economia baseada em uma única cultura agrícola, que, antes de tudo, é praticamente toda exportada.

Os dados supracitados buscam servir como um panorama geral das condições socioeconômicas

---

Regionais de Desenvolvimento. Informações retiradas da página eletrônica www.scp.rs.gov.br/atlas. Acessado em abril de 2010.

[12]IDESE é um índice que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: educação; renda; saneamento e domicílios; e Saúde. O Idese varia de zero a um e, permite que se classifique o Estado, os municípios ou os Coredes em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0, 499), médio (entre 0, 500 e 0, 799) ou alto (maiores ou iguais a 0, 800). Informações obtidas em: www.fee.tche.br. Acessado em agosto de 2010.

[13]De acordo com o Senhor Wilson Rabuske, vereador de Santa Cruz do Sul e coordenação estadual do Movimento dos Pequenos Agricultores, só da empresa Souza Cruz provém 54% do IPI e do ICMS de seu município. (Entrevista concedida em julho de 2010)

dos municípios produtores de tabaco. Parecem contradizer as afirmações que apresentam o tabaco como promotor de desenvolvimento, haja vista as evidências da incapacidade da atividade gerar bons indicadores econômicos e sociais para a principal região produtora do país. Além destes dados, alguns estudos corroboram com a visão de que o tabaco gera desigualdade e não permite que os produtores e suas regiões desenvolvam plenamente suas potencialidades, como exemplo, podemos citar Perondi (2008), Prieb (2005), Bonato (2009).

Perondi *et. al.* (2008) desenvolveram um estudo em quarenta municípios produtores de tabaco nos três Estados do Sul do Brasil, destes, dezesseis eram no RS, sendo nove deles coincidentes com os aqui analisados. Neste estudo eles afirmam que quase a totalidade dos quarenta municípios tem no tabaco uma importância econômica enorme, sendo que em mais de um terço deles o tabaco corresponde a 50% ou mais, do valor do Produto Interno Bruto total e ultrapassa os 80% do valor bruto da produção agrícola total.

> A maioria desses municípios se situa na porção de menor IDH de seu estado. No Paraná, os municípios de Ivaí e São do Triunfo ocupam as últimas colocações em IDH entre os 399 municípios do estado. Barros Cassal, Segredo e Dom Feliciano estão igualmente entre os últimos dos 467 municípios gaúchos. E em Santa Catarina, Bela Vista do Toldo e Itaiópolis igualmente figuram quase no final da lista dos 293 municípios do estado. (PERONDI *et al*, 2008. p. 17)

Prieb (2005), ao falar do desenvolvimento econômico e social da região de Santa Cruz do Sul corrobora com Perondi (2008) a respeito dos resultados da economia fumageira e, demonstra-se cautelosa ao afirmar que a cultura do tabaco leva renda à região, apontando que:

> Quando se analisa mais detidamente a região fumicultora gaúcha, no que concerne às perspectivas de um maior desenvolvimento regional, deve-se observar, com cautela, os dados regionais, [...] a existência de **um único polo de crescimento** pode não promover o efeito de uma força motriz capaz de gerar efeitos de encadeamento com diferentes indústrias. O desenvolvimento da indústria fumageira no sul do país parece ser um caso típico desse comportamento, cujo estímulo de crescimento ao invés de se orientar no sentido de um maior encadeamento noutros ramos produtivos passa a desenvolver essencialmente o setor de serviços [...].
>
> O que se quer ressaltar é que os dados econômicos municipais mais agregados podem escamotear a real situação de uma região [...] – **apesar de bons indicadores econômicos – a renda é muito concentrada, o que traduz em fracos indicadores sociais e em outros desequilíbrios sociais da região** (PRIEB, 2005, p. 35, ênfase nossa).

Acrescenta-se a esta passagem de Prieb (2005) que a concentração de renda não se dá somente no interior dos municípios. O que se percebe, no caso do território de Santa Cruz, é que os indicadores econômicos daqueles que não têm indústrias voltadas ao beneficiamento do tabaco, detêm, inclusive, fracos indicadores econômicos, além de péssimos indicadores sociais. Somente àqueles municípios com indústrias fumageiras – no caso Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz – têm um PIB *per capita* acima da média do RS. Todos os outros municípios do território têm indicadores baixos.

4.3 Característica do sistema produtivo e dos agricultores fumicultores

Com o objetivo de uma maior proximidade e compreensão de quem são os agricultores envolvidos na atividade fumicultora discorreremos, de maneira breve, a respeito das condições socioeconômicas das famílias fumicultoras e dos problemas enfrentados por elas.

Bonato (2009), em uma pesquisa que considerou 1761 famílias agricultoras em todo o sul do Brasil, 903 do Rio Grande do Sul e 300 do centro do Estado do Rio Grande do Sul, chama a atenção para o nível de escolaridade dos envolvidos na atividade fumageira. Os produtores de tabaco têm menor escolaridade em qualquer faixa etária, frente aos demais agricultores. Entre os jovens de 15 a 25 anos, 26% dos fumicultores não têm o ensino fundamental completo, este número cai para 18% entre os jovens não fumicultores. Já o número de jovens entre 15 e 25 anos com o ensino médio completo entre os fumicultores é de 24,5% ante 39,3% entre os jovens não fumicultores. Buainain & Souza Filho (2009) em um estudo da cadeia produtiva do tabaco no Vale do Rio Pardo, praticamente o mesmo universo sugerido nesta proposta de pesquisa, que ouviu 381 agricultores fumicultores, observou que 74% dos mesmos tinham frequentado a escola somente até a 5ª série do ensino fundamental. Em contrapartida, estes produziam tabaco há 23 anos em média, sendo que 14 anos foi o menor tempo de produção entre os entrevistados. Os dados sobre ensino entre os fumicultores

encontrados por Bonato (2009) e Buainain & Souza Filho (2009) refletem-se no indicador educação do IDESE, pois o mesmo, como afirmamos, é menor nos municípios fumicultores do que nos municípios com menor dependência da fumicultura.

O grau de especialização das atividades é um elemento fundamental a ser considerado para perceber como se estruturam as propriedades fumicultoras. Bonato (2009) afirma que 78% dos agricultores entrevistados que plantavam tabaco Virgínia tinham mais de 80% de sua renda provinda desta atividade, sendo que destes, 37% tinham a totalidade da renda provinda da fumicultura. Já Buainain & Souza Filho (2009) afirmam que em média os agricultores fumicultores entrevistados, têm 70% da renda dependente da produção de tabaco.

Ambas as pesquisas corroboram com a significativa dependência econômica dos agricultores à produção de tabaco. Buainain & Souza Filho (2009, p.107) apontam para outra informação importante a respeito da renda. Segundo eles, 85% dos agricultores entrevistados consideram que *"se as condições de venda do tabaco não forem satisfatórias, eles não conseguem substituir o tabaco por outra atividade que proporciona renda similar"*. Tal informação nos faz pensar a respeito da dependência a qual os agricultores familiares estão submetidos na fumicultura e o porquê da atividade ser tão importante para algumas regiões do país.

Considerar o tamanho da unidade produtiva também é importante para que compreendamos o perfil dos agricultores fumicultores. Bonato (2009) afirma que os fumicultores sempre têm uma área média disponível menor que os não fumicultores, e que esta gira em torno dos 16ha. Buainain & Souza Filho (2009), de acordo com sua pesquisa, afirmam que a área média da propriedade familiar fumicultora é de 16,6ha, além disso, ainda afirmam que 36,3% das propriedades possuem 10ha ou menos. Chamamos atenção para o fato da totalidade das famílias produtoras de tabaco encontrarem-se em pequenas propriedades rurais, o que dificulta a diversificação produtiva e de renda, tanto pelo tamanho da propriedade quanto pelos recursos financeiros disponíveis, geralmente escassos nessas condições.

Falamos até aqui que o cultivo de tabaco é predominantemente familiar, por isso é necessário que se especifique a informação para que se possa ter uma ideia do significado da mesma. Com relação à mão de obra utilizada pela família, Bonato (2009) chama atenção para o fato de o tabaco ser uma atividade em que a mulher está presente em todas as fases do processo produtivo, principalmente, na produção do tabaco de estufa. Além disso, o autor dá relevância ao importante papel assumido pela juventude nesta atividade. De seu universo de pesquisa, mais da metade tinha a presença de jovens, sendo que praticamente todos eles envolviam-se na produção, independente de serem rapazes ou moças. Além disso, ainda afirma que em mais de 10% das famílias produtoras de tabaco de estufa e em mais de 7% das produtoras de tabaco de galpão crianças estão presentes no processo produtivo, e não só na classificação[14]. "*É importante considerar que esta informação é subestimada, pois muitas famílias têm medo de admitir a utilização do trabalho infantil na fumicultura"* (BONATO, 2009; p.28). Fossati & Freitas (2002) constataram em sua pesquisa que as crianças trabalham em funções desempenhadas por adultos em pelo menos uma parte do turno de trabalho, além disso, consideram que os idosos também participam das atividades, o que os faz afirmar que esta atividade emprega pessoas independentemente da faixa etária. Salientam que este trabalho é subestimado devido ao fato destes membros da família, crianças e idosos, não trabalharem exatamente durante o mesmo turno que os considerados adultos.

Outro dado relevante que evidencia a grande exigência de trabalho na lavoura de tabaco é o número de jornadas de trabalho com 8,5 horas necessárias para a produção. Paulilo (1990) afirma que eram necessários 201,4 dias/homem/ha por safra, já Buainain & Souza Filho (2009), com dados da safra 2005 afirmam ser necessários 194 dias/homem/ha por safra. O período da safra de tabaco nesta região em média inicia-se em agosto e vai até maio, utiliza nove meses do ano, sendo a colheita a fase mais exigente em trabalho. Assim, infere-se que as atividades relacionadas com o cultivo de tabaco,

[14]A classificação do tabaco se dá após a secagem, é a última etapa da produção antes do tabaco ser enviado para a empresa integradora. É uma atividade considerada não tão penosa porque é realizada sentada. As crianças não classificam o tabaco propriamente, tendo em vista que isso exige um pouco de conhecimento e prática na atividade, elas fazem a chamada "maloca", ou seja, agrupam as folhas da mesma classe e as amarram com outra folha de tabaco.

fazem parte da rotina das famílias e são associadas às demais atividades da vida das pessoas.

Com estas informações buscamos uma aproximação da realidade dos agricultores, da forma que o tabaco está presente em suas vidas, como ele ocupa parte significativa do seu tempo. As pessoas que labutam na agricultura familiar em regiões como a de Santa Cruz do Sul crescem em uma lavoura de tabaco, literalmente. Logo quando crianças vão para a lavoura com os pais e assumem tarefas significativas para diminuir o custo da mão de obra, quando jovens assumem tarefas importantes, sendo que, como chama atenção Bonato (2009), estão presentes em toda a fase do processo produtivo.

5. A integração do eucalipto no Brasil

5.1 A introdução do cultivo de eucalipto no Espírito Santo

O Espírito Santo possui 78 municípios e ocupa uma área de 46.077,519 Km². De acordo com o censo agropecuário de 1996 mais de 90% das propriedades rurais do Estado possuíam menos que 100 hectares. Nestas propriedades a mão de obra familiar é predominante. Contudo, as pequenas propriedades ocupam apenas 44,03% da estrutura fundiária. Deste modo, os 55,97% restantes, correspondem a 8,72% das propriedades que possuem de 100 a 1000 hectares.

Para Bergamim e Campos Jr (2005), ao mesmo tempo em que verificamos um grande contingente de pequenas propriedades no Estado, observamos uma tendência progressiva de concentração fundiária. Esta crescente concentração da terra está diretamente relacionada ao desenvolvimento de algumas atividades, sendo uma das centrais a silvicultura. Neste sentido, os maiores índices de Gini do Espírito Santo estão concentrados no extremo norte e no litoral norte. São nestas regiões que se encontram as maiores extensões de terra ocupadas pelos plantios de eucalipto, destinados ao suprimento da até então, maior empresa produtora de celulose branqueada de fibra curta do mundo, a Aracruz Celulose S/A, que funcionou de forma independente até o final de 2009, quando foi fundida a Votorantim Celulose e Papel (Bergamim e Campos Jr, 2005; Andrade e Dias, 2003).

Apesar da proeminência da silvicultura destinada à produção de papel e celulose para exportação, se estabelecermos uma periodização da economia capixaba constataremos que a mesma é historicamente caracterizada pela reprodução de pequenos capitais, tanto nas atividades agrícolas, quanto nas industriais e de serviços, em que se destaca o cultivo de café, produzido através da mão de obra familiar e de contratos de parcerias, principalmente no Sul e na região Serrana do Estado (Dalcomuni, 1990).

A cafeicultura consistiu no pilar fundamental da economia capixaba, até os anos 1960, momento em que a atividade enfrentou uma crise nacional desencadeando uma tensão em sua economia (Dalcomuni, 1990). Tal crise, provocada pelo colapso da atividade cafeeira, aliada à busca de desenvolvimento econômico, por parte das lideranças locais, apontou para a necessidade da industrialização do Estado. Esta, para ser viabilizada, deveria ser acompanhada da tecnificação e diversificação da agricultura, até então dependente unicamente do café (Loureiro, 2006).

A partir deste momento a silvicultura ganha espaço no Espírito Santo, transformando radicalmente a estrutura fundiária e produtiva de algumas regiões do Estado[15]. Neste sentido, o Espírito Santo destaca-se como a única Unidade da Federação a apresentar uma tendência progressiva de concentração fundiária. No mesmo sentido, em Aracruz, município em que estão localizados os maiores plantios de eucalipto do Estado, o índice de Gini, relativo à concentração de terras, saltou de 0, 496 para 0, 827 entre 1960 e 1995 (Bergamim e Campos Jr, 2005).

Contudo, além de conservar plantações de eucalipto em grande escala, a Aracruz Celulose S/A, a

[15]A Aracruz Celulose S/A, foi criada em 1972 (Ambrózio, 2005). Entretanto, foi no ano de 1967, que se iniciou no Estado o plantio de eucaliptos destinado ao suprimento do que viria ser o setor paraquímico. No ano de 1978, em Barra do Riacho, distrito pertencente ao município de Aracruz, localizado no norte do Estado, foi inaugurada a primeira fábrica da Aracruz Celulose S/A, conhecida como "A" (Andrade e Dias, 2003). Em 1991 foi criada a Fábrica "B" e em 2002 a Fábrica "C", localizadas também em Barra do Riacho (De'nadai *et al*, 2005). Como a escala de produção das fábricas de celulose é alta, as empresas, procuram integrar as etapas produtivas. Isto sugere uma atuação que compreenda desde a exploração florestal até a comercialização dos produtos (Acserald, 2007). Desta forma, para garantir matéria-prima para o trabalho das fábricas, na mesma intensidade em que aumentou sua planta industrial, a Aracruz Celulose S/A expandiu o cultivo de eucalipto no Espírito Santo. Em um curto espaço de tempo, a empresa se tornou uma das maiores proprietárias de terra no Estado (Yaccoub, 2005).

fim de assegurar o fornecimento de matéria-prima para a sua planta industrial, intensificou estratégias alternativas de expansão do monocultivo de eucalipto, sendo uma delas da introdução do fomento florestal no Espírito Santo (Andrade e Dias, 2003) [16].

5.2 O fomento florestal

Para Soares *et al* (2010) o fomento florestal privado trata-se de um modelo de integração produtiva fundamentado em um contrato de parceria entre empresas e produtores rurais. De acordo com o relatório da FAO (2004), a integração no setor de papel e celulose, cujo intuito é o de garantir o abastecimento de matéria-prima no longo prazo, começou a ser adotado pelas empresas florestais verticalizadas a partir da década de 1980. Este momento coincide com o processo de encerramento da política de incentivos fiscais do governo brasileiro para a silvicultura, que ocorreu na prática em 1986 e oficialmente em 1988 em virtude, dentre outros fatores, da grave recessão econômica que assolou o país nos anos 1980 (GONÇALVES, 2006b); (FAO, 2004).17

Contudo, somente a partir da década de 1990 é que o fomento florestal se firmou como uma opção atraente para as empresas do setor silvícola, uma vez que estas se conscientizaram de que o governo federal não retomaria a política de incentivos fiscais para o setor (FAO, 2004; GONÇALVES, 2006b). Ascerald (2007) acrescenta que além do fim dos incentivos fiscais, soma-se a esta situação mais dois aspectos. O primeiro é o fato de que em 1990 o mercado mundial de celulose experimentada uma queda nos preços, acirrando a concorrência por mercados. O segundo é a ascensão, neste mesmo período, de manifestações oriundas da sociedade civil contra a expansão do monocultivo de eucalipto em diferentes locais do país.

No Espírito Santo o fomento florestal foi introduzido pela Aracruz Celulose S/A exatamente nos anos 1990, momento em que além dos acontecimentos descritos acima, a empresa encontrava-se proibida por lei de adquirir terras no Estado para expandir a sua produção (Antogiovanni, 2006). Inicialmente este programa de integração era chamado apenas de fomento florestal, mas em uma estratégia de marketing utilizada pela empresa, a partir de 2004 o mesmo passou a ser chamado de "Programa Produtor Florestal".18 Este foi mantido pela Fibria Celulose S. A. que, ao se constituir promoveu a revisão e a unificação dos programas no Espírito Santo e na Bahia, retomou a contratação de aproximadamente 10 mil hectares de plantios com produtores rurais e passou a denominá-lo primeiro de Programa Produtor Florestal da Unidade Aracruz e depois de Poupança Florestal.19

Jairo Dal'Col, coordenador do programa da Unidade Aracruz, em artigo publicado na revista *"Opiniões sobre o setor de florestas plantadas"* de agosto de 2006, afirma que a área mínima que o produtor deve possuir para integrar-se à indústria de papel e celulose produzindo eucalipto é de dois hectares (arrendatários também podem ingressar no programa), o que favorece a participação tanto de pequenos, quanto de médios e grandes proprietários. Em função disso, no programa de fomento florestal difundido pela Unidade Aracruz há uma diversidade de propriedades e, por isso, uma variação

[16]Cabe ressaltar que no final do ano de 2009 a Aracruz Celulose S/A – que na época possuía aproximadamente 154.000 hectares de terras no Espírito Santo e sozinha já era a maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto, abastecendo 24% do mercado mundial – teve suas ações incorporadas à Votorantim Celulose e Papel, dando origem a uma nova empresa denominada Fibria Celulose S.A. Apesar desta junção, em virtude da marca ser reconhecida internacionalmente, o nome Aracruz foi mantido pela Fibria Celulose S/A na unidade de Barra do Riacho, que passou a se chamar Fibria Aracruz**.** Em virtude desta fusão a empresa já emergiu no mercado como líder global, com capacidade produtiva superior a seis milhões de toneladas anuais de celulose e papel, sendo quase toda a celulose produzida pela empresa destinada ao mercado externo.

[17] Segundo Gonçalves (2006b), até o início dos anos 1980, a silvicultura destinada ao setor paraquímico, manteve-se tutelada pelo governo federal, por meio dos referidos incentivos fiscais. Todavia, a recessão econômica experimentada pelo país nos anos 1980, implicou em severas restrições a estes incentivos e, em seguida, em sua extinção, fazendo com que a indústria de papel e celulose, buscasse novas estratégias para se manter, em que se destaca uma reestruturação na sua lógica produtiva.

[18]"*A exemplo da revista* ***Produtor Florestal****, o programa de fomento da Aracruz Celulose passou a se chamar* ***Programa Produtor Florestal****. A empresa optou pela mudança por acreditar que a nova denominação traduz melhor o perfil do projeto, que tem como parceiro principal o homem do campo. Portanto, a partir de agora, desde os técnicos até as publicações referentes ao programa passarão a tratá-lo como* ***Programa Produtor Florestal*** **(**Revista Produtor Florestal, N. 4, julho de 2004, p.1)."

[19]http://www.fibria.com.br/web/pt/midia/noticias/noticia_2010set01.htm

muito grande nas áreas das mesmas dedicadas ao cultivo de eucalipto por meio de contratos de fomento.

Canto *et al* (2009) em um artigo intitulado "Aspectos sociais do fomento florestal", fruto de uma pesquisa desenvolvida em cinco regiões do Espírito Santo20, por meio da aplicação de questionários a 71 produtores, cujos contratos de fomento foram finalizados entre outubro de 2004 e outubro de 2005, também se depararam com uma diversidade nos tamanhos das áreas dedicadas ao fomento florestal. Assim, afirmam que:

> Constataram-se diferenças entre as cinco regiões, em termos de propriedade rural, perfil de proprietários e área dos contratos. As propriedades possuíam área entre 7,5 e 3.000 ha e 40,9% delas possuíam entre 100 e 300 ha. A área fomentada por contrato variou entre 1,5 e 100,0 ha, sendo de até 30 ha em 84,8% dos casos. A cafeicultura foi apontada como a principal atividade produtiva e 73,2% dos proprietários se declararam produtores rurais (Canto *et al*, 2009: 123).

Os dados do relatório da Sociedade Brasileira de Silvicultura publicado no ano de 2006 nos aproximam da dimensão atingida por este programa no Estado. De acordo com eles o Espírito Santo abrigava até 2005, um total de 37.465 hectares de eucalipto em áreas pertencentes ao programa de fomento florestal desenvolvido pela Aracruz, envolvendo então, 1.758 agricultores integrados, distribuídos em 62 municípios. Ademais, segundo este relatório, tal atividade movimentava na época cerca de US$15 milhões/ano, com suprimento de 15% do abastecimento industrial local (560 mil m^3 de madeira). Já o "Plano de Manejo da Unidade Aracruz: Regiões do Espírito Santo e Bahia" da Fibria nos mostra uma ampliação do programa entre 2006 e 2010, chegando a envolver neste último ano, no interior do Espírito Santo, 1979 agricultores em 70 municípios, ocupando uma área de 37.748 (ha), o que representa 61,6% dos agricultores integrados na produção de eucalipto e 34% da área total da produção de eucalipto integrado pela empresa no país (FIBRIA, 2010). Percebe-se então, a extensão e abrangência deste programa no Espírito Santo, já que está presente em 70 dos 78 municípios que compõem o Estado, envolvendo uma ampla gama de produtores, além disso, também é patente a estratégia de priorização da produção no Estado do Espírito Santo.

5.3 A região Sudoeste-Serrana do Espírito Santo

Cabe ressaltar ainda, que de modo a deslocar o foco das regiões Norte e Noroeste do Espírito Santo – locais com os maiores plantios de eucaliptos da empresa – em função das diversas manifestações contrárias expansão desta atividade, a então Aracruz Celulose S/A passou a privilegiar outras localidades do Estado para implementação do seu programa de fomento florestal. Uma delas é a região Sudoeste-Serrana, área considerada como uma das principais produtoras de alimentos do Estado, caracterizada pela agricultura familiar, fundamentada no cultivo de café, bem como na produção de artigos como frutas e olerículas (Cerqueira, 1993). Por localizar-se próxima ao mercado consumidor da Grande Vitória, é responsável pelo abastecimento destes alimentos no mesmo.

Nesta região destaca-se o município de Domingos Martins. A sede de Domingos Martins se localiza a apenas 43 km de Vitória (IJSN, 2009). Segundo dados do IBGE Cidades (2006), Domingos Martins possui uma área de 1.225 Km^2 configurando-se, assim, como o 7° município em extensão do Espírito Santo. Outra característica do município é a riqueza de sua fauna e flora, pois possui 26.346 hectares de florestas remanescentes da Mata Atlântica – maior reserva do Estado.[21] Os recursos hídricos, provenientes da bacia do Rio Jucu e seus afluentes, de onde derivam inúmeras cachoeiras e corredeiras também são abundantes (Albegaria e Loreto, 2010). Toda extensão do município possui um relevo bastante acidentado e montanhoso, característico da zona serrana do estado (região do Espírito Santo formada por terras altas, montanhosas e "frias", localizadas ao sul do Rio Doce).22 Devido a tais

[20](De acordo com Canto et al (2009: 124) foram pesquisadas as seguintes regiões e municípios: I) Região de Colatina: Águia Branca, Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Mantenópolis, Pancas e São Domingos do Norte; II) Região de Marechal Floriano: Alfredo Chaves, Conceição do Castelo, Domingos Martins e Marechal Floriano; III) Região de Conceição da Barra: Boa Esperança, Conceição da Barra, Pinheiros e São Mateus; IV) Região de Aracruz: Aracruz, Ibiraçu, Linhares e Rio Bananal; e V) Região de Santa Teresa: Itaguaçu, Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa.

[21]http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1

[22]Inventário da Oferta Turística do Município de Domingos Martins / 2005. Disponível em: http://turismo.descubraoespiritosanto.com.br/_midias/pdf/94-4b8437752cbf2.pdf. Acesso: janeiro de 2011.

características o município se se destaca no setor de turismo de montanha.

Tal município conta com uma população de 31.824 habitantes, sendo que, aproximadamente 81% residem no campo (IBGE Cidades, 2006). Ainda de acordo com os dados dos IJSN (2009), mais de 70% da população economicamente ativa de Domingos Martins ocupa-se em atividades agropecuárias, existindo em todo o território municipal 4.753 propriedades rurais, destas cerca de 90% se caracteriza por possuir pequeno porte, com predomínio da agricultura de base familiar. Deste modo, a estrutura fundiária do município é uma das menos concentradas do Estado, tal como o restante dos municípios da região Sudoeste Serrana aos quais têm um coeficiente de Gini variando de 0, 448 a 0, 547. As culturas de maior evidência no município são o café, a banana, o morango e olerículas. No que se refere à produção animal, destacam-se granjas avícolas de médio e pequeno porte.

Este município concentra, atualmente, o segundo maior número de contratos de fomento florestal do Estado (206), ficando atrás apenas do município de Aracruz onde está situada uma das plantas da Fibria Celulose S/A. A partir da implementação do programa de fomento florestal, há evidências de que agricultores estão erradicando cafezais ou diminuindo a produção de alimentos para cultivar eucaliptos destinados ao setor industrial (Monteiro, 2006).

5.4 Questionamentos sobre o fomento florestal

Relações entre empresas e agricultores, através de contratos de integração conhecidos como fomento florestal, estão sendo promovidos dentro do setor da silvicultura desde o final dos anos 1980 e início da década de 1990. Alguns autores que estabelecem uma crítica a este sistema, como Diesel (2006), Pedrão (2004) e Pedreira (2004) asseveram que através do fomento florestal as empresas podem assegurar o acesso à matéria-prima com preços e estruturas de custos mais competitivas. Por outro lado, estas empresas defendem que o ingresso de agricultores em programas deste tipo promove ações como: (1) a manutenção destes no campo, já que afirmam que incentivam o plantio de eucalipto em áreas consideradas degradas; (2) o aumento da renda dos agricultores, pois justificam que ao se integrarem à empresa, estes têm um mercado certo para comercializar a produção; (3) a geração de empregos em virtude dos tratos exigidos pela eucaliptocultura 4) e a preservação ambiental, já que defendem que ao plantar eucaliptos, o desmatamento, em virtude da extração de madeira, diminui:

> Além de representar geração de renda, o fomento é responsável pela criação de milhares de empregos diretos e indiretos no campo (Rev. Fomento Florestal, N. 1. ago. 2003: 3).
>
> O Fomento tem importante papel social, atendendo a pequenos e médios produtores e garantindo uma fonte alternativa de renda, fixação do homem ao campo, geração de empregos e de impostos, e melhor aproveitamento de áreas ociosas, em sua maioria, improdutivas (Rev. Fomento Florestal, ago. 2003: 4).
>
> A Aracruz Celulose incentiva o agricultor que desejar cultivar eucalipto em terras improdutivas, ou subutilizadas. Através do Programa Produtor Florestal, o agricultor aumenta sua renda, já que a Aracruz garante a compra da produção. Além disso, desde o plantio, os técnicos da empresa acompanham e dão suporte ao parceiro, sem custo nenhum. Essa iniciativa aumenta a renda e melhora a qualidade de vida do homem do campo. Com o Programa Produtor Florestal, a Aracruz Celulose fomenta o desenvolvimento no campo (Rev. Produtor Florestal, N.4, julho de 2004)

Para Diesel *et al* (2006) o Estado tem papel importante nas estratégias de verticalização da produção e, consequentemente, na difusão da integração entre empresa e agricultores na medida em que – diante das freqüentes reivindicações das empresas, que alegam haver um descompasso entre as quantidades produzidas e consumidas de madeiras no Brasil, com decréscimo de estoques, em função da falta de estímulos governamentais – este passa a ampliar incentivos e viabilizar estratégias para o segmento industrial de papel e celulose, sendo uma das facetas o apoio a programas de fomento florestal privados.

De acordo com os referidos autores, a promoção de programas deste tipo é extremamente vantajosa para a empresa, já que através do fomento ao plantio de eucaliptos, esta 1) reduz o volume de investimentos imobilizados pela compra de terras, obtendo uma rentável aceleração dos ritmos de rotação de seu capital; 2) diminui as despesas associadas à fiscalização; 3) repassa o monitoramento e proteção do plantio contra roubos e outros riscos aos pequenos e médios produtores, 4) além de se isentar da responsabilidade trabalhista e ambiental, que passa a ser do proprietário das terras. Muls (1997) acrescenta ainda que, dentro desta estratégia a empresa diminui, inclusive, os riscos políticos

oriundos da expansão da monocultura de eucalipto.

Para Pedrão (2004) ao difundir o fomento florestal e, assim estender o raio de suas ações aos agricultores, a indústria de papel e celulose cria um campo coberto por monoculturas, já que passa a determinar que outros segmentos de produção rural respondam pelo suprimento de suas fábricas. Isto demonstra que nenhuma camada social acha-se imune à sua influência, até mesmo aquelas que outrora, não se enquadravam nas atividades agrícolas industrializadas (Pedrão, 2004).

Dito isto, Pedrão (2004) observa ainda que os oligopólios extraem vantagens decisivas de sua capacidade de financiar produtores e de controlar a comercialização de alguns produtos escolhidos, tal como acontece no caso do monocultivo de eucalipto. As maiores empresas, que são internacionais, como a Fibria Celulose S/A, escolhem fornecedores e controlam a comercialização, a exemplo do que ocorre nas estratégias de fomento florestal. Assim, constata-se que o componente internacionalizado opera com um conjunto de vantagens que são dadas justamente pela presença do componente tradicional, os agricultores. Isto indica que o campo apresenta-se como um espaço de conflitos e embates, entre os interesses que integram produção internacionalizada e os interesses que correspondem à produção local, que na maioria das vezes não são coincidentes.

Para Pedreira (2004), se por um lado o segmento da silvicultura e a agroindústria de celulose propiciam a inserção competitiva de diversas regiões na economia nacional e internacional, por outro lado promove grandes impactos na organização socioeconômica do meio rural, já que os lucros advindos desta inserção, dificilmente são estendidos ou convertidos em benefícios para a população rural como um todo. Neste sentido, a autora salienta ainda que, a expansão do cultivo de eucaliptos destinada a suprir as indústrias de papel e celulose provoca, em certa medida, uma ruptura das estruturas sócio-produtivas tradicionais. Isto evidencia que em função da introdução de novos processos técnicos exigidos pelo cultivo de eucalipto, há a emergência no campo de novas relações sociais e políticas.

6. Considerações Finais acerca da integração produtiva na agricultura e de suas implicações sobre o Desenvolvimento

O presente trabalho visou dar apontamentos a respeito das possibilidades da integração produtiva promover algum tipo de desenvolvimento para o campo. Deste modo, tomamos a integração produtiva como uma maneira da pequena propriedade integrar-se nos mercados competitivos voltados à exportação. Para tanto partimos da abordagem que trata o desenvolvimento como um processo de ampliação das liberdades substantivas individuais e, em seguida, trouxemos quatro perspectivas de desenvolvimento coerentes com a abordagem do "*Desenvolvimento como Liberdade*" e que são bastante utilizadas no estudo do mundo rural. Posteriormente, apresentamos duas cadeias produtivas para pensar tais possibilidades de promoção de desenvolvimento: a cadeia produtiva do tabaco desenvolvida no Rio Grande do Sul e a cadeia produtiva do eucalipto no Espírito Santo. A primeira trata-se de uma cadeia produtiva onde a integração entre indústria e agricultura familiar é consolidada e a segunda passou a fazer uso do processo de integração em um período relativamente recente, na década de 1990.

Vimos que o processo de integração produtiva com a agricultura familiar é extremamente rentável para as empresas integradoras. No caso do tabaco a cadeia gera cerca de R$15 bilhões anuais, sendo 21% apropriados pela indústria. Já no caso do eucalipto, onde o processo de integração destina-se a ser uma nova estratégia de ampliação de produção, observamos que a mesma é uma maneira de diminuição dos custos e dos riscos inerentes ao processo produtivo. Em ambos os casos a integração produtiva é uma maneira de integrar a agricultura familiar ao agronegócio exportador. Da mesma maneira, o discurso das vantagens da integração produtiva para a sociedade e, principalmente, para os agricultores familiares é presente.

Como observamos, tanto pela visão mais ampla de desenvolvimento, construída por Sen, quanto pelas noções de desenvolvimento adjetivadas, utilizadas na abordagem do rural – tais como as abordagens do desenvolvimento sustentável, da segurança alimentar, do desenvolvimento territorial e da multifuncionalidade – a ampliação do acesso das pessoas à saúde e educação são fundamentais. Da mesma maneira, para todas as abordagens a descentralização política e a ampliação da participação da sociedade nos processos políticos consistem em aspectos essenciais

Conforme mencionamos, para a abordagem do desenvolvimento sustentável é central o fundamento da igualdade intergeracional, caso contrário as gerações subseqüentes não deterão os direitos de decisão sobre seus futuros. No entanto, para que tal igualdade seja possível é indispensável à diminuição das desigualdades e dos focos de pobreza atuais. Tal diminuição, por sua vez, contribui para que os danos ambientais sejam mitigados e para que uma geração mais consciente possa ser formada. Nas palavras de Sen (2007:29): "*Investir num mais elevado nível de educação e no emprego para as mulheres poderá ajudar a reduzir as taxas de fertilidade […]. Do mesmo modo, a propagação da educação escolar e os melhoramentos na sua qualidade poder-nos-á conceder uma maior consciência ecológica*". Desta maneira é impossível o desenvolvimento sustentável sem o desenvolvimento humano.

Do mesmo modo, para a perspectiva da segurança alimentar o desenvolvimento é inatingível sem uma diminuição nas desigualdades sociais e na pobreza, pois são elas parte da causa da insegurança alimentar. Para tal visão a produção deve acontecer de maneira a não degradar o meio ambiente e não gerar desigualdades sociais ainda maiores. Neste sentido Maluf (2006) aponta para uma produção com base em mão de obra familiar.

Já para a perspectiva do desenvolvimento territorial, o desenvolvimento precisa considerar as diferentes potencialidades de cada região, nesse sentido é central o reforço do poder local. Nesta visão a ampliação de um processo de educação para qualificar o *saber-fazer* local não é uma opção e sim uma necessidade básica.

Por último, a visão da multifuncionalidade também considera aspectos relativos ao meio-ambiente, à segurança alimentar e à cultura de determinado território. Em tal enfoque a unidade de análise deixa de ser a atividade produtiva, no caso a agricultura, e passa a ser a família rural como uma unidade social. Esta perspectiva valoriza a diversidade cultural e dos biomas, na medida em que busca modelos de produção socialmente equitativos e ambientalmente sustentáveis. Assim vê a agricultura familiar como a representação daquilo que busca, visto que é nesta forma de agricultura que estão presentes as culturas tradicionais, as diversidades regionais, os processos que não valorizam somente a produtividade.

Desta maneira, entre estas visões, há uma unanimidade na defesa da agricultura familiar como forma de diminuir as desigualdades sociais, valorizar as culturas locais, gerar renda, diminuir o poder político de oligarquias tradicionalmente constituídas. Todos concordam que com o fortalecimento da agricultura familiar, da diversidade implícita a ela em todo o país, torna-se mais viável a diminuição da pobreza, o aumento dos níveis de educação e de saúde e o fortalecimento da descentralização política devido ao fortalecimento de suas organizações sociais.

No entanto, vimos que nem sempre a agricultura familiar é sinônimo de diminuição de desigualdades e de melhoria nos indicadores sociais favoráveis à diminuição da pobreza. O caso da integração produtiva da lavoura do tabaco é um exemplo de atividade que depende de uma estrutura agrária descentralizada, trabalhada por mão de obra familiar e que, ao mesmo tempo, gera desigualdades e centraliza o poder.

Como buscamos explicitar, a integração produtiva do tabaco, na sua principal região produtora do país, onde estão presentes todas as grandes empresas integradoras, mantém uma estrutura social extremamente desigual, fortalecendo problemas sociais significativos. Nesta região existem municípios com mais da metade de seu Produto Interno Bruto proveniente da fumicultura. Da mesma maneira, o nível de renda desta região figura-se bem abaixo do restante do Estado, mesmo ela sendo considerada parte da região mais dinâmica do Rio Grande do Sul. A concentração de renda no território é notória, pois os municípios com plantas industriais das fumageiras detêm um PIB/ *per capita* consideravelmente maior do que aqueles produtores da matéria-prima para estas processadoras. Enfim, os indicadores socioeconômicos da principal região produtora de tabaco do país, onde praticamente a totalidade dos agricultores trabalha sob a integração produtiva, contradizem as afirmações que apresentam este modelo como promotor de desenvolvimento.

O nível de ensino dos agricultores organizados sob a da integração produtiva no cultivo de tabaco também demonstra que a integração produtiva da agricultura familiar não é benéfica para seus trabalhadores, como vimos. Os integrados do tabaco têm menor escolaridade em qualquer faixa etária, frente aos demais agricultores. Entre os jovens de 15 a 25 anos, 26% dos fumicultores não têm o

ensino fundamental completo, este número cai para 18% entre os jovens não fumicultores. Já o número de jovens entre 15 e 25 anos com o ensino médio completo entre os fumicultores é de 24,5% ante 39,3% entre os jovens não fumicultores. Outros dados demonstram que 74% dos fumicultores tinham frequentado a escola somente até a 5ª série do ensino fundamental, em contrapartida produziam tabaco há 23 anos em média, sendo que 14 anos foi o menor tempo de produção entre os entrevistados.

A falta de liberdade dos agricultores para definirem seus destinos é presente neste modelo de agricultura, pois a especialização dos agricultores fumicultores torna-os simples fornecedores de matéria-prima com um pacote tecnológico específico, ao qual aliado ao nível de sua educação, não possibilita a visualização de alternativas produtivas. Como vimos a pesquisa de Bonato (2009), 78% dos agricultores entrevistados que plantavam tabaco virgínia tinham mais de 80% de sua renda provinda desta atividade, sendo que destes, 37% tinham a totalidade da renda provinda da fumicultura. Corroborando com nossa afirmação, Buainain & Souza Filho (2009, p.107) apontam que 85% dos agricultores entrevistados consideram que *"se as condições de venda do tabaco não forem satisfatórias, eles não conseguem substituir o tabaco por outra atividade que proporciona renda similar"*.

A respeito da integração produtiva do eucalipto, vimos que a atividade está sendo introduzida pelo setor de papel e celulose em uma das regiões com maior diversificação da agricultura do Estado do Espírito Santo, que é fundamental para o abastecimento da região metropolitana no Estado capixaba. Com isso, muitas áreas utilizadas anteriormente para produção de frutas e olerículas têm sido revertidas para a silvicultura. A integração produtiva do eucalipto, ainda em estado inicial, se comparada com a integração do tabaco, pode nos dar apontamentos de como se inicia o processo de articulação das grandes empresas com os agricultores familiares. O argumento da empresa integradora ora afirma que a silvicultura é mais rentável que as demais atividades, ora afirma que é uma maneira de diversificação de renda. Tal discurso depende do momento e de seu interlocutor, sendo o objetivo central convencer a sociedade capixaba dos supostos benefícios desencadeados pela integração produtiva entre empresas e agricultores familiares.

No caso da cadeia produtiva do eucalipto, a agricultura familiar não se configura em um empecilho ao grande capital exportador voltado para a agricultura, pelo contrário, é uma maneira de diminuir seus custos e riscos. Entretanto, pelo exemplo da integração da cultura do tabaco podemos imaginar o grau de especialização que a integração entre a agricultura familiar e o grande capital exportador pode causar, bem como os subseqüentes problemas, ainda mais se considerarmos as características da produção de eucalipto. Tal integração implica que o agricultor aceda a um contrato de longo prazo (de cinco a sete anos) tendo em vista o período entre o plantio e colheita. Durante este período, ele fica impossibilitado de desenvolver outras atividades na área. Ademais, em virtude das prerrogativas presentes no contrato de integração, a empresa se configuraria no único canal possível de comercialização do eucalipto produzido por estes agricultores, um produto de baixa especialização e, por isso, sem possibilidade de agregação de valor, durante o processo produtivo. Além disso, as empresas silvícolas buscam adentrar em uma das principais regiões de agricultura familiar do Estado do Espírito Santo. Os problemas podem ser ampliados quando consideramos as riquezas florestais e hídricas presentes no Sudoeste-Serrano do referido Estado. Riquezas estas que poderiam ser exploradas de diversas maneiras, respeitando a diversidade ambiental e cultural.

Em suma, a integração produtiva não pode ser tomada como uma atividade geradora de desenvolvimento, a menos que pense este unicamente como uma forma de gerar divisas para o país. Quando consideramos o bem estar das populações envolvidas no processo produtivo vimos que tal modelo de agricultura, mesmo preservando uma estrutura fundiária descentralizada, não possibilita a diminuição das desigualdades sociais, podendo intensificá-las, assim, não permite um aumento das liberdades individuais dos agricultores.

Se considerarmos o enfoque da segurança alimentar, vimos que a integração produtiva não permite formas equitativas de produção, pois um grande número de agricultores tem uma relação de poder extremamente desigual em relação a uma indústria. No caso da fumicultura, cinco grandes empresas apropriam-se da mesma quantidade de recursos que cerca de 200 mil famílias. Quando consideramos o enfoque da sustentabilidade observamos que para o mesmo é fundamental a ampliação da educação, movimento contrário ao visualizado na integração do tabaco. Se confrontarmos o

enfoque da multifuncionalidade – que afirma ser necessário valorizar as culturas e potencialidades locais – com as ações difundidas pela integração produtiva, observamos que ao contrário, a mesma massifica uma forma de produzir, deixando a totalidade dos agricultores sem perspectivas de alternativas. E por último, se por um lado a perspectiva de desenvolvimento territorial defende a necessidade da descentralização do poder para que novas alternativas e possibilidade criativas sejam geradas, por outro, a integração produtiva faz com que poucas organizações, todas com interesses internacionais, tenham grande poder de determinação dos rumos dos territórios onde atuam.

Finalmente, para a agricultura familiar poder constituir-se como uma forma mais justa de produção para o campo e, deste modo, para que os agricultores e a sociedade possam se beneficiar da mesma, diminuindo as desigualdades sociais; gerando formas criativas de exploração dos recursos naturais; não é qualquer modelo de agricultura que pode ser estimulado, simplesmente por estar organizado em uma estrutura fundiária menos centralizada. É necessário o estímulo a arranjos produtivos que não sejam articulados pelas grandes corporações internacionais e sim pelas organizações sociopolíticas locais.

7. Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. O movimento de resistência à monocultura do eucalipto no Norte do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia – uma sociologia da recusa e do consentimento em contexto de conflito ambiental**.** Recife, 29 de maio a 1 de junho de 2007**Anais...**. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia.

AFUBRA; Associação dos Fumicultores do Brasil. **Dados da fumicultura no Brasil.** Disponível: www.afubra.com.br. Acesso em: novembro de 2009.

ALBERGARIA, Alessandra Vasconcelos; LORETO, Maria das Dores Saraiva de. Políticas públicas como estratégia para o desenvolvimento Rural. Porto de Galinhas, 2010. Anais... **VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural.** Disponível em: http://baseportal.com/cgi-in/baseportal.pl?htx=/HdeBarros/ALASRU2010/2010trabs&localparams=1&db=2010trabs&cmd=list&range=1560,20&cmd=all&Id=1446. Acesso fev. 2011.

AMBRÓZIO, Aldo. Analítica das relações de poder inerentes ao processo de reestruturação produtiva da Aracruz Celulose S. A., na década de 1990. 140f. **Dissertação (Mestrado em Administração)** – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Vitória, 2006.

ANDRADE, José Célio Silveira, DIAS, Camila Carneiro. **Conflito & Cooperação: análise das estratégias sócio-ambientais da Aracruz Celulose S.A**. Ilhéus-Ba: Editus, 2003.

ANTOGIOVANNI, Lídia Lúcia. Território como abrigo e território como recurso: Territorialidades em tensão e projetos insurgentes no Norte do Espírito Santo. **Dissertação de mestrado.** Universidade Federal Fluminense. Pós-Graduação em Geografia, Niterói, 2006.

BELATO, Dinarte. Os camponeses integrados. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade de Campinas, Campinas, 1985.

BERGAMIM, Márcia Cristina; CAMPOS JR., Carlos Teixeira. Agricultura familiar no Espírito Santo: concentração fundiária e recomposição socioeconômica. In: **Anais** XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto. Instituições, eficiência, gestão e contratos no sistema agroindustrial. Ribeirão Preto, 2005.

BONATO, A; **A fumicultura e a Convenção-Quadro – Desafios para a diversificação.** DESER, Curitiba, 2009.

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S.; Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. In: AGRICULTURA FAMILIAR: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BUAINAIN, A. M. & SOUZA FILHO, H. M.; **Organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul do Brasil.** Editora da UNICAMP, Campinas, 2009.

CANTO, Juliana Lorensi do; COELHO, France Maria Gontijo; NOCE, Rommel, MACHADO, Carlos Cardoso Machado, REZENDE, José Luiz Pereira de; MENDES, Lourival Marin, OLIVEIRA, Juliana Mendes de. Aspectos Sociais do fomento florestal no Espírito Santo. **Rev. Cerne,** Lavras, v. 15, n. 2, p. 123-132, abr./jun. 2009. Disponível em: www.dcf.ufla.br/cerne/artigos/24-07-20099885v15_n2_artigo%2001.pdf. Acesso: janeiro de 2010.

CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S.; Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: **AGRICULTURA FAMILIAR: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

___; Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. In: AGRICULTURA FAMILIAR: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CERQUEIRA, R. C. Estratégias de integração agroindustrial: os agricultores familiares e Aracruz Celulose na Zona da Mata Mineira. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

CHALITA, M. A. M. Agricultura familiar e seus novos vínculos com a prática econômica. **Rev. Agricultura**. São Paulo, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 125-139, jul./dez. 2006.

DAL'COL, Jairo. Fomento Florestal: Uma oportunidade de negócio. Rev. Opiniões. Jun-Ago 2006. Disponível em: http://www.revistaopinioes.com.br/cp/materia.php?id=390. Acesso: ago. de 2010.

DALCOMUNI, Sonia Maria**.** A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo – principais interesses em jogo**.** 1990. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

DE'NADAI, Alcir; OVERBEEK, Winfridus; SOARES, Luiz Alberto. **Plantações de eucalipto e produção de celulose: Promessas de emprego e destruição de trabalho: O caso Aracruz Celulose no Brasil.** Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais, Brasil, 2005.

DIESEL, Vivien; FROEHLICH, José Marcos; NEUMANN, Pedro, Silvino; RODRIGUES, Ivone; FREITAS, Luis Antônio Santos de. Os impactos sociais dos programas de fomento florestal. In: **Rev. Extensão Rural**. Santa Maria, v. 13, p. 120-146, 2006.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Incentivos e mecanismos financeiros para o manejo florestal sustentável na região Sul do Brasil. Relatório: MENDES, Jefferson B. Curitiba, 6 fev.2004. Disponível em www.fao.org/forestry/12000-09ec4e1c04ebfcd232f76c89136cadcf.pdf. Acesso: dez. 2010.

FARINA, Elizabeth Maria Querido. Abordagem sistêmica dos negócios agroindustriais e a economia dos custos de transação. In: **Competitividade: mercado, estado e organizações.** São Paulo: Singular, 1997.

FOSSATTI, D. M. & FREITAS, C. A.; O caráter familiar da atividade fumageira em Santa Cruz do Sul – RS. Rev. **Economia e Desenvolvimento**, nº 14, Santa Maria, 2002.

GONÇALVES, Múcio Tosta. **Trabalhadores, empresas e espaço em uma região de plantações florestais: interpretações sobre a construção e os usos de capital social territorial.** In: III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2006, Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul: PPGDR UNISC, 2006. V. 3.

_____. A formação da economia das plantações florestais nos Vales do Rio Doce e do Aço de Minas Gerais (1940-2000): notas sobre história econômica e ambiental de uma região. In: Seminário sobre a Economia Mineira, 2006, Diamantina. **Anais** do XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006b.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Perfil Regional Região Sudoeste Serrana. Microrregião Administrativa 4. Vitória, ES, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Banco de Dados Agregados.** Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em outubro de 2008.

LOUREIRO, Klítia. O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: os índios Tupiniquim e Guarani Mbya e a empresa Aracruz Celulose. **Dissertação** (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

MALUF, Renato S.; **SEGURANÇA ALIMENTAR E FOME NO BRASIL -10 ANOS DA CÚPULA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO**. Rio de Janeiro, 2006.

MIOR, Luiz Carlos. Empresas agroalimentares, produção agrícola familiar e competitividade no complexo de carnes de Santa Catarina. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

MULS, Nair Costa. Modernização e Industrialização da Agricultura em Direção a uma "Fabrização"

do Processo de Trabalho? In: **Rev. Raízes**, Ano XVI, Nº 15. Dez./1997.
PAULILO, Maria Ignês. **Produtor e agroindústria**: consensos e dissensos. O caso de Santa Catarina. Florianópolis: Co-edição Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e Editora da UFSC, 1990.
PAYÉS, M. A. M. **O empresário familiar rural: integração à agroindústria de fumo e diferenciação.** (Tese de Doutorado), Instituto de Economia da UNICAMP, 1993.
PEDRÃO, Fernando. As transformações rurais do capital no Brasil. In: **Rev**. **Bahia Análise & Dados,** V. 13 N.º4, mar. 2004.
PEDREIRA, Maria da Silva. Complexo florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural: o caso da região do Extremo Sul baiano. In: **Rev**. **Bahia Análise & Dados,** V. 13 N.º4, mar. 2004.
PERONDI, Miguel Angelo; SCHNEIDER, Sérgio; BONATO, Amadeu. Metodologia de Avaliação das Políticas de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, XLVI, Rio Branco, 2008. Anais... Brasília: SOBER, 2008. 1 CD.
PINEIRO, Martins; LLOVET, Ignacio. Introducción. In: **Cambio técnico en el agro latinoamericano; situación y perspectivas en la década de 1980**. San José, Costa Rica, IICA., Serie Investigación y Desarrollo, IICA; n.10, 1985.
PRIEB, R. I. P. **Pluriatividade na Produção Familiar Fumageira.** EDUNISC, Santa Cruz do Sul, 2005.
RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2007/2008; Combater as alterações climáticas: Solidariedade humana num mundo dividido. PNUD, New York, 2007.
REVISTA do Programa de Fomento Florestal da Aracruz Celulose. Ano I – Nº 1 – Agosto 2003.
REVISTA Produtor Florestal, Ano 2. N.4, julho de 2004.
SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 410 p.
SEN, Amartya; Política climática enquanto política de desenvolvimento humano. In: **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 – Combater as alterações climáticas: Solidariedade humana num mundo dividido.** PNUD, New York, 2007.
SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. Ed: Schwarcz, São Paulo, 2010.
SOARES, Naisy Silva; OLIVEIRA Roldão José de; CARVALHO, Kaio Henrique Adame de; SILVA, Márcio Lopes da; JACOVINE, Laércio Antônio Gonçalves; VALVERDE; Sebastião Renato . A cadeia produtiva da celulose e do papel no Brasil. In: **Rev. Floresta**, Curitiba, PR, v. 40, n. 1, p. 1-22, jan./mar. 2010.
VARGAS, M. A.; BONATO, A. Cultivo do Tabaco, Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação no Brasil. In: **Cultivo do Tabaco, Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação no Brasil**. Maio de 2007.
VOGT, O. P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS, 1849 – 1993.** EDUNISC. Santa Cruz do Sul. 1997.
YACCOUB, Hilaine. **A monocultura, a Aracruz Celulose e os quilombolas do Espírito Santo**. Observatório de Políticas Públicas Ambientais da América Latina e Caribe. Out.2005. Disponível em: www.opalc.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=4. Acesso: 3 de maio de 2008.
ZIEBERT, R. A.; SHIKIDA, P. F. A**.** Avicultura e produção integrada em Santa Helena, estado do Paraná: Uma abordagem a partir da nova economia institucional. In: **Rev. Agricultura**. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 71-86, jan./jun. 2004.

Anexo 1: Dados socioeconômicos dos municípios do COREDE Vale do Rio Pardo referentes ao ano de 2006.

Municípios	VAB* Indústria (R$ mil)	VAB Agropecuária (R$ mil)	PIB** (R$ mil)	PIB per capita (R$)	Educação	Renda	Saneamento	Saúde	IDESE
Arroio do Tigre	**13.071**	**59.961**	**155.105**	**12.425**	**0,816**	**0,743**	**0,268**	**0,855**	**0,671**
Boqueirão do Leão	**2.926**	**36.369**	**71.430**	**8.744**	**0,811**	**0,599**	**0,181**	**0,839**	**0,607**
Candelária	**26.101**	**96.802**	**280.350**	**9.039**	**0,794**	**0,671**	**0,328**	**0,855**	**0,662**
Encruzilhada do Sul	14.925	51.658	174.298	6.862	0,801	0,614	0,364	0,828	0,652
Estrela Velha	1.735	21.246	47.996	13.096	0,772	0,761	0,06	0,86	0,613
General Câmara	5.564	33.174	75.241	8.730	0,852	0,595	0,418	0,852	0,679
Herveiras	**1.216**	**14.968**	**26.998**	**8.955**	**0,759**	**0,519**	**0,173**	**0,878**	**0,582**
Ibarama	**2.863**	**21.732**	**42.495**	**10.709**	**0,797**	**0,61**	**0,079**	**0,85**	**0,584**
Lagoa Bonita do Sul	**1.306**	**17.370**	**29.465**	**11.505**	**0,871**	**0,654**	**0,055**	**0,843**	**0,606**
Mato Leitão	29.844	8.536	63.576	17.759	0,844	0,693	0,061	0,878	0,619
Pantano Grande	28.914	24.979	115.586	9.888	0,856	0,679	0,536	0,83	0,725
Passa Sete	**2.133**	**25.406**	**47.078**	**10.335**	**0,778**	**0,62**	**0,101**	**0,861**	**0,59**
Passo do Sobrado	**6.300**	**27.517**	**63.570**	**11.092**	**0,82**	**0,659**	**0,206**	**0,85**	**0,633**
Rio Pardo	63.026	95.508	344.728	9.071	0,806	0,642	0,42	0,845	0,678
Santa Cruz do Sul	**1.001.305**	**103.061**	**2.807.616**	**23.435**	**0,866**	**0,823**	**0,526**	**0,849**	**0,766**
Segredo	**2.701**	**31.145**	**58.542**	**8.507**	**0,81**	**0,542**	**0,171**	**0,85**	**0,593**
Sinimbu	**7.690**	**40.848**	**99.846**	**10.404**	**0,812**	**0,675**	**0,175**	**0,864**	**0,632**
Sobradinho	16.633	18.657	131.453	9.084	0,853	0,686	0,486	0,852	0,719
Tunas	**1.460**	**14.757**	**33.996**	**7.995**	**0,78**	**0,631**	**0,284**	**0,858**	**0,638**
Vale do Sol	**17.448**	**63.332**	**135.708**	**12.751**	**0,778**	**0,598**	**0,232**	**0,864**	**0,618**
Vale Verde	**2.104**	**19.290**	**35.121**	**10.685**	**0,834**	**0,581**	**0,072**	**0,848**	**0,584**
Venâncio Aires	**366.588**	**134.556**	**1.103.389**	**16.377**	**0,828**	**0,792**	**0,376**	**0,855**	**0,713**
Vera Cruz	**137.918**	**53.549**	**353.213**	**14.838**	**0,845**	**0,681**	**0,541**	**0,868**	**0,734**
Média(*)				13.611	0,819	0.625	0,293	0,856	0,661
Máximo(*)	1.001.305	134.556	2.807.616	23.435	0,871	0,823	0,541	0,878	0,766
Mínimo(*)	1.216	8.536	26.998	6.862	0,759	0,519	0,055	0,828	0,582
Rio Grande do Sul	**38.209.245**	**12.570.881**	**156.882.623**	**14.310**	**0,854**	**0,781**	**0,569**	**0,85**	**0,763**

Fonte: Indicadores Econômicos obtidos no IBGE Cidades e Indicadores Sociais na Fundação de Economia e Estatística

***Valor Adicionado Bruto; **Produto Interno Bruto; (*) Os dados se referem apenas aos municípios considerados fumicultores (grifados)**